

Fospar S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos Patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

A Fospar S.A

Com capacidade de produção de 500 mil toneladas de superfosfato simples por ano, a Fospar S.A. (“Companhia” ou “Fospar”) está localizada em Paranaguá (PR). A Companhia possui um moderno terminal portuário que contribui para as importações do agronegócio e é especializado no recebimento de fertilizantes a granel.

Controlada pela Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. (“Mosaic Fertilizantes”), e tendo como sócia a Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda. (“Fertipar”), a Fospar iniciou suas operações em 1974 e atualmente conta com cerca de 258 funcionários. Possui ainda dois armazéns com capacidade total para 105 mil toneladas de produtos por ano e um pátio de estacionamento para mais de 100 caminhões.

Juntas, Mosaic Fertilizantes e Fospar investem continuamente na região, fazendo com que o terminal e as unidades de produção contem com os mais avançados recursos tecnológicos. As empresas têm profissionais capacitados e dedicados, que atuam em um ambiente de trabalho que zela pela segurança e respeita o meio ambiente.

Comprometidas com o crescimento e o fortalecimento das relações comerciais, Mosaic Fertilizantes e Fospar investiram em um projeto inovador de expansão do terminal portuário nos últimos anos.

Em 2023, a Fospar ampliou as estruturas dos berços externo e interno do seu terminal, que passaram de 12,3 para 13,1 metros e de 10,5 para 11 metros para manobras diurnas, respectivamente. Com esse investimento, passa a receber navios com até 80 mil toneladas de capacidade.

Ética

O relacionamento da Fospar com seus públicos de contato – entre eles fornecedores, funcionários, clientes, comunidades, jornalistas, acionistas, prestadores de serviços, órgãos públicos, instituições acadêmicas e concorrência – é regido pelas práticas de conduta e pelo código de ética de sua controladora, a Mosaic Fertilizantes. Os princípios sustentados no código refletem valores como honestidade, integridade e respeito na condução dos negócios.

Atividades Portuárias

Em um único mês, de 8 a 10 navios passam pela Fospar. As embarcações transportam, em média, 50 mil toneladas de fertilizantes e levam de três a cinco dias para descarregar. O terminal da Companhia iniciou suas operações em 2001, possui um robusto píer com dois berços de atracação de navios que podem funcionar simultaneamente e é capaz de receber navios até o porte Panamax, com comprimento de até 260 metros, além de contar com um moderno sistema logístico-operacional que permite um fácil e otimizado planejamento de carregamento de cargas.

Desempenho ambiental, social e governança (ESG)

A Fospar tem o compromisso de preservar o meio ambiente e trabalha para assegurar a saúde e a segurança de funcionários, contratados, clientes e comunidades.

A responsabilidade social faz parte da maneira de atuar da Fospar e da Mosaic Fertilizantes. As operações das duas empresas geram oportunidades de desenvolvimento local em Paranaguá. Assim, empresas e comunidade atuam juntas, vencendo desafios e promovendo um crescimento sustentável e compartilhado por todos.

A Fospar possui um sistema de gestão em saúde, segurança e meio ambiente, bem como qualidade dos produtos expedidos. Este sistema é auditado anualmente para garantir a evolução no principais pilares e requisitos de todas as partes interessadas.

Qualidade

A Fospar busca a satisfação dos clientes, adotando práticas de melhoria contínua em seus processos e valorizando os funcionários na produção de fertilizantes e na prestação de serviços portuários.

A Companhia possui, também, uma política da qualidade própria, que atende os requisitos legais e do cliente, e conta com os procedimentos estabelecidos no sistema de gestão da qualidade.

A economia e o mercado

Agronegócio

O agronegócio continua tendo importante participação na economia brasileira, apesar de ter apresentado uma queda na participação do PIB de 2023 para 2024. Entidades importantes do setor como o CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) acreditam que em 2024 o agronegócio deve representar 22% do PIB brasileiro, ligeiramente abaixo do PIB de 2023 (24%). O desempenho do agronegócio em 2024 foi afetado pela queda de preços das commodities. Além de situações climáticas adversas, como seca em alguns estados e queimadas, principalmente na cana-de-açúcar. Pesquisadores do Cepea indicam que o ramo pecuário conseguiu atenuar parte desse impacto negativo, impulsionado pelo bom desempenho dos segmentos agroindustriais, de agrosserviços e de insumos.

Liderada pela soja, a produção nacional de grãos vem crescendo a taxas elevadas nos últimos anos, de acordo com os registros da Conab, saímos de 260 milhões na safra 2021/2022 para uma expectativa de produção de 322 milhões de toneladas na safra 2024/2025.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, as exportações brasileiras do agronegócio alcançaram US\$ 152,63 bilhões até novembro, crescimento de 4% em relação ao mesmo período de 2023. De acordo com o ministério da Agricultura e Pecuária esse volume representa 48,9% do total das exportações brasileiras no período. Este foi o segundo melhor desempenho já registrado na série histórica. Uma vez que o volume exportado compensa parcialmente a redução no índice de preços internacionais.

Os principais setores responsáveis por esse desempenho foram o complexo soja (US\$ 52,19 bilhões) que segue sendo o destaque, mesmo com uma queda de quase 19% frente ao ano anterior. Carnes (US\$ 23,93 bilhões) e o complexo sucroalcooleiro (US\$ 18,27 bilhões), juntos responderam por mais de 60% do total exportado. Carnes e açúcar registraram crescimentos significativos, impulsionados por recordes de embarques e diversificação de mercados.

Fertilizantes

O mercado brasileiro em 2024 é estimado pela Mosaic Fertilizantes em 45.9 milhões de toneladas de fertilizantes, contra 45.8 milhões de toneladas em 2023. Ou seja, um mercado praticamente estável dando continuidade à retomada do consumo de fertilizantes. O ano foi marcado por uma queda nos preços das commodities, mas com um apetite maior por parte dos produtores em alguns mercados que apresentam demanda maior, como milho, por exemplo.

Perspectivas

Para as entregas em 2025, a expectativa é de um leve aumento em relação ao ano anterior, em um momento desafiador para o setor em termos climáticos, mas com boas expectativas de aumento do uso de tecnologia. A safra conta com grandes desafios em um ano de La Niña, o excesso de chuvas no centro oeste pode dificultar um pouco os calendários de plantio e colheita, mas, de uma maneira geral, a perspectiva para o país é de uma boa safra e, conseqüentemente, de bons investimentos por parte dos produtores. Grande parte das consultorias acreditam também em uma retomada dos investimentos em 2025, sustentando um cenário de entregas de fertilizantes de cerca de 46 a 47 milhões de toneladas.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Fospa S.A.

Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fospa S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Fospa S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receitas

Veja a Nota 6k e 24 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia reconhece receita de prestação de serviços, principalmente de industrialização de fertilizantes e serviços de movimentação portuária de mercadorias. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de performance, ou seja, no momento da prestação do serviço de industrialização e estando o produto pronto para despacho ou quando o material for efetivamente descarregado.

O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.

Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento em que o serviço é prestado, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

(i) Para uma amostra de transações de serviços prestados para empresas terceiras, inspecionamos nota fiscal que evidencia a ocorrência da transação de prestação de serviço, a liquidação financeira e a documentação de medição do serviço;

(ii) Para as transações de serviços prestados para empresas do mesmo grupo, realizamos confirmação dos saldos na data base do exercício corrente;

(iii) Para as prestações de serviço reconhecidas no último mês do exercício, efetuamos o cálculo do ajuste de corte de serviços prestados, de forma independente, que contempla a inspeção da medição do serviço prestado.

(iv) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes imateriais que afetavam a mensuração das receitas reconhecidas, os quais não foram registrados pela Administração.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de receitas da Companhia, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contador CRC SP-252905/O-2

Fospar S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.727	2.647	Debêntures e mútuos	17	74.116	62.746
Contas a receber de clientes	9	2.861	13.764	Passivos de arrendamento	20	1.621	2.864
Estoques	10	9.383	9.009	Fornecedores	15	24.313	25.856
Impostos a recuperar	11	1.313	1.936	Adiantamentos de clientes	16	11.203	2.487
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		379	472	Impostos e contribuições a recolher		4.177	3.344
Outros créditos		2.084	1.778	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.327	—
Total do ativo circulante		65.747	29.606	Provisão para férias e comissões a pagar		3.127	3.056
				Provisão ambiental	19	2.533	—
				Provisão gratificações a empregados		1.989	1.136
				Outras contas a pagar		5.837	3.805
				Total do passivo circulante		130.243	105.294
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures e mútuos	17	122.763	141.801
Estoques	10	6.032	5.824	Passivos de arrendamento	20	10.611	11.100
Impostos a recuperar	11	23.735	26.097	Provisão para contingências	18	10.058	14.267
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.646	6.040	Provisão ambiental	19	14.230	—
Depósitos judiciais	18	2.592	2.256	Outras contas a pagar		30	49
Total do realizável a longo prazo		38.005	40.217	Total do passivo não circulante		157.692	167.217
Ativos de direito de uso	20	10.494	12.300	Capital social	22a	209.468	209.468
Imobilizado	14	378.775	395.359	Reserva de reavaliação	22b	5.852	5.852
Total do ativo não circulante		427.274	447.876	Prejuízos acumulados		(10.234)	(10.349)
Total do ativo		493.021	477.482	Total do patrimônio líquido		205.086	204.971
				Total do passivo e patrimônio líquido		493.021	477.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fospar S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	24	225.350	196.685
Custos dos serviços prestados	25	(182.660)	(192.968)
Lucro bruto		42.690	3.717
Despesas administrativas e gerais	25	(3.078)	(2.750)
Outras receitas operacionais	26	1.206	1.397
Outras despesas operacionais	26	(17.169)	(10.062)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		23.649	(7.698)
Receitas financeiras	27	4.380	3.976
Despesas financeiras	27	(26.058)	(24.081)
Despesas financeiras líquidas		(21.678)	(20.105)
Resultado antes dos impostos		1.971	(27.803)
Imposto de renda			
Corrente	12	(1.856)	—
Diferido	12	—	(1.945)
Lucro (prejuízo) do exercício		115	(29.748)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fospar S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	115	(29.748)
Resultado abrangente	<u>115</u>	<u>(29.748)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fospar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Para expansão		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	209.468	5.852	11.540	7.859	—	234.719
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(29.748)	(29.748)
Transferência entre reservas	—	—	(11.540)	(7.859)	19.399	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	209.468	5.852	—	—	(10.349)	204.971
Lucro do exercício	—	—	—	—	115	115
Saldos em 31 de dezembro de 2024	209.468	5.852	—	—	(10.234)	205.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fospar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		115	(29.748)
Ajuste por:			
Depreciação	14	31.147	28.138
Depreciação de ativos de direito de uso	20	3.470	4.306
Custo residual de ativos imobilizados baixados	14	1.106	414
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	12	—	1.945
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	12	1.856	—
Provisão para perdas em estoques	10	22	614
Variações monetárias e juros	17 e 20	25.378	24.064
Provisão para contingências	18	(503)	4.638
Provisão de dano ambiental	19	16.763	—
Provisões trabalhistas		924	(1.380)
Provisões perdas tributárias	11	578	4.688
Variações em:			
Contas a receber		10.903	(5.419)
Estoques		(604)	186
Impostos a recuperar		2.407	1.708
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		487	(1.340)
Depósitos judiciais		(336)	(271)
Outros ativos		(306)	343
Fornecedores		(5.543)	(94)
Outras contas a pagar		4.173	(1.624)
Adiantamentos de clientes		8.716	622
Pagamento de contingências	18.a	(3.707)	(15)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		97.046	31.775
Juros pagos	17 e 20	(31.790)	(14.480)
Imposto renda e contribuição social pagos		(1.853)	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		63.403	17.295
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições do ativo imobilizado		(11.671)	(33.517)

Fospar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(11.671)	(33.517)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de passivos de arrendamento	20	(3.396)	(4.147)
Debêntures e mútuos tomados	17	69.113	—
Pagamentos de debêntures e mútuos	17	(70.369)	—
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos		(4.652)	(4.147)
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>47.080</u>	<u>(20.369)</u>
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2.647	23.016
No fim do exercício		49.727	2.647
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>47.080</u>	<u>(20.369)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fospar S.A. (“Fospar” ou “Companhia”), localizada na Rua Carlos Fonseca de Araujo, 375, Paranaguá - PR, tem por objeto social a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privativo, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de carga própria ou de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privativo misto, inclusive a execução de operação portuária, na área de porto organizado, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (a armazenagem referida neste item não se enquadra ao Decreto nº 1.102/93). A fabricação, o comércio, a importação e exportação de fertilizantes e suas matérias-primas, suplementos minerais para alimentação animal, corretivos do solo e produtos correlatos; a representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras; a participação em outras sociedades, como sócia acionista ou quotista; a prestação de serviço de análise físico-química de fertilizantes; e prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, bem como assistência especializada, comercial, industrial e serviços decorrentes de importação/exportação a outras sociedades nacionais e estrangeiras.

Em 16 de novembro de 2016, o contrato de arrendamento portuário da Fospar foi renovado automaticamente por mais 25 anos, permitindo assim a atuação da Cia no terminal até 2048.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 28 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 11** - mensuração de perda de crédito esperada para impostos a recuperar (ICMS): principal premissa na determinação da taxa de perda.
- **Nota explicativa 12** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota explicativa 18** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b. Mensuração a valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada em informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação conforme detalhado na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 27** - hierarquia de valor justo e classificação contábil.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Continuidade operacional e dependência econômica

A Companhia elaborou suas demonstrações financeiras considerando o princípio de continuidade de suas atividades operacionais e divulgou todas as informações relevantes em suas notas explicativas, a fim de esclarecer e complementar as bases contábeis utilizadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos de curto prazo, dentre elas as debêntures, cujos prazos estão divulgados na nota explicativa 17. A Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$ 115 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (prejuízo de R\$ 29.748 em 31 de dezembro de 2023), e, em 31 de dezembro de 2024, os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 64.496 (R\$ 75.688 em 31 de dezembro de 2023).

Contudo, parte substancial das prestações de serviços são prestadas com seus acionistas. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para seus acionistas, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante, bem como o atendimento local de clientes estratégicos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro de seus acionistas, os quais tem permitido e estão comprometidos a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Durante o exercício de 2024, foram efetuados mútuos entre a Companhia e seus acionistas, exclusivamente para fins de obtenção de caixa para pagamento das debêntures, conforme nota explicativa 17.

A receita da Companhia está essencialmente concentrada em vendas para Partes Relacionadas . Vide nota explicativa 13.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de serviços portuários e comercialização de fertilizantes. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é cobrar os valores devidos do contas a receber da Companhia e obter receita de juros contratuais sobre os valores cobrados.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

A Companhia classificou e mensurou os seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- **Ativos financeiros a VJR** - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.

No exercício de 2024 e 2023, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado “VJR”, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

(ii) *Mensuração subsequente*

- **Custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem recursos vinculados e contas a receber de clientes.
- **Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Adicionalmente, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

Passivos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia não teve nenhum passivo financeiro classificado ao valor justo pelo resultado em 2024 e 2023.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c. Estoques

Tratam-se principalmente de estoques de almoxarifado mensurados pelo valor de custo. A metodologia de custeio dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

Para itens sem previsão de movimentação ao prazo superior a um ano, é realizada reclassificação contábil para o ativo não circulante.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis do exercício corrente e comparativo, estão descritos na nota explicativa 14.d.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados prospectivamente caso seja apropriado.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Um ativo financeiro não-derivativo mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data do balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

(ii) Ativos não financeiros

Imobilizado e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável e, quando aplicável, são reconhecidas no resultado.

f. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

g. Planos de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

(i) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(ii) Plano de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado prestado pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

(iii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Arrendamentos

(i) Ativos de direito de uso

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo

subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

(ii) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

(iii) Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

k. Receita operacional

As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

No processo de prestação de serviços de industrialização a Companhia firma contrato determinando entre outras condições o preço e obrigações de desempenho. A matéria-prima base para o serviço de industrialização pertence aos clientes. Uma vez finalizado o serviço de industrialização e estando o produto pronto para despacho a Companhia emite as notas fiscais e reconhece a respectiva receita.

Assim como no processo de industrialização, nos serviços de desestiva a Companhia firma contrato determinando entre outras condições o preço e obrigações de desempenho. A Companhia emite as notas fiscais e concomitantemente reconhece a receita com base no manifesto de carga tão logo o navio é atracado. Navios atracados ao final do mês a Companhia monitora o serviço de desestiva e reconhece a receita somente do material efetivamente descarregado.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função do cumprimento da obrigação de performance.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre mútuos e debêntures.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Novas normas e interpretações adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2024

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

- **Passivo não circulantes com *covenants* e Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC26_R1):** As alterações esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo é classificado como circulante ou não circulante e introduzem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o fim do período de relatório.
Não houve impactos significativos da adoção da referida alteração normativa para o exercício de 31 de dezembro de 2024.
- **Acordos de financiamentos de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26_R1 e CPC 40):** As alterações introduzem novas divulgações para ajudar os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e risco de liquidez de uma entidade. Com relação às novas divulgações de risco sacado, vide nota explicativa nº 27 para maiores detalhes.

a. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Adicionalmente, as normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir. A Companhia não adotou essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras:

- **Ausência de conversibilidade – Alterações à CPC 02_R2.** As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.
- **Classificação e mensuração de instrumentos financeiros – Alterações à CPC 48 e CPC 40.** As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026.

Não espera-se que as alterações nas normas contábeis mencionadas apresentem impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e saldo em bancos	726	159
Aplicações financeiras	49.001	2.488
	<u>49.727</u>	<u>2.647</u>

As aplicações financeiras de curto prazo possuem alta liquidez. Elas são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos referenciados em DI e certificados de depósitos bancários, remunerados à taxas ao redor de 86,7% do CDI em 2024 (97,0% do CDI em 2023), tendo como contraparte bancos de primeira linha, com liquidez imediata.

9 Contas a receber de clientes

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Mercado interno		203	465
Partes relacionadas	13	2.658	13.299
		<u>2.861</u>	<u>13.764</u>

As contas a receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos e deduzidas pela provisão para perdas esperadas, a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento. O prazo médio de recebimento é de 30 dias. A expectativa é de recebimento no curtíssimo prazo.

Na data de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia possui constituída perdas estimadas de créditos, referente a um único cliente classificado no longo prazo, cujo valor contábil é de R\$ 260 (R\$ 260 em 31 de dezembro de 2023) e que encontra-se totalmente provisionado.

10 Estoques

	2024	2023
Circulante		
Almoxarifado	9.383	9.009
	6.032	5.824

- (i) No ano de 2024, a Companhia apresenta provisão para perda sobre o estoque de peças de almoxarifado que possuem baixo giro, no montante de R\$ 636 (R\$ 614 no ano de 2023). Esse valor encontra-se alocado dentro da rubrica de Almoxarifado, registrado no Ativo não circulante.

O estoque da Companhia é formado por materiais de almoxarifado que são utilizados na manutenção dos equipamentos utilizados em suas prestações de serviços.

Adicionalmente, a Companhia possui em seu poder os estoques a granel de fertilizantes, os quais são recebidos e industrializados e, posteriormente, devolvidos. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 19.115 (R\$ 34.455 em 31 de dezembro de 2023) de estoques de terceiros em seu poder. Estes estoques não são registrados no balanço da Companhia.

11 Impostos a recuperar

	2024	2023
Circulante		
PIS e COFINS não-cumulativos (i)	1.313	1.936
	1.313	1.936
Não circulante		
ICMS	38.857	37.412
Provisão para deságio na realização dos créditos de ICMS	(19.845)	(19.267)
PIS e COFINS não-cumulativos (i)	4.723	7.952
	23.735	26.097

- (i) Créditos de PIS e COFINS registrados são decorrentes de operações de aquisição de ativo imobilizado e insumos. Os montantes reconhecidos no não circulante são decorrentes somente de operações de aquisição de ativo imobilizado.

A movimentação da provisão para perdas com deságio de ICMS está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(19.267)	(14.579)
Constituição de provisão no exercício	(1.458)	(600)
Constituição de provisão adicional (i)	—	(4.303)
Reversão de provisão no exercício	880	215
Saldo no fim do exercício	(19.845)	(19.267)

- (i) Provisão constituída visando ajustar o valor de impostos a recuperar - ICMS ao seu valor de realização. A Companhia está estruturando operações para propiciar a realização do crédito tributário de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bem como mantém um comitê interno, cuja atribuição é reunir-se periodicamente com o objetivo de prover sugestões de operações para redução desses créditos. Após notificação de glosa do Fisco Estadual no ano de 2023, para créditos cujo fato gerador é anterior aos últimos 5 (cinco) anos e não ser mais possível a sua habilitação para utilização no Siscred, a Companhia, fundamentada nas práticas atuais do mercado, atualizou a alíquota aplicada sobre os montantes superiores a 5 anos em 100%. Para os demais prazos, a Companhia continua aplicando a alíquota de 40% como estimativa de deságio.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos que os dão origem.

O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal a compensar	1.472	4.057	—	—	1.472	4.057
Provisões para contingências	7.940	2.788	—	—	7.940	2.788
Outras provisões	10.578	11.197	—	—	10.578	11.197
Receita diferida	—	—	—	(80)	—	(80)
Juros capitalizados	—	—	(5.440)	(5.695)	(5.440)	(5.695)
Ajuste decorrentes da Lei 11.638 (i)	—	—	(14.550)	(12.267)	(14.550)	(12.267)
	19.990	18.042	(19.990)	(18.042)	—	—

(i) Referente ao ajuste derivado da diferença entre a vida útil dos ativos imobilizados e a taxa fiscal de depreciação dos ativos, conforme CPC 27.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios:

	2024		2023	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízo fiscal a compensar	39.303	13.363	33.862	11.513
	39.303	13.363	33.862	11.513

Valores reconhecidos no resultado do exercício

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social, nominal e efetiva pode ser demonstrada como segue:

Fospar S.A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	1.971	(27.803)
Alíquotas fiscais combinadas	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social:		
Pelas alíquotas fiscais vigentes	(670)	9.453
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	15	(10)
Exclusões permanentes:		
Imposto de renda e contribuição social sobre atualização de créditos tributários. (i)	672	125
Imposto diferido não reconhecido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias (ii)	(1.850)	(11.513)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.833)	(1.945)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(1.856)	—
Diferido	—	(1.945)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.856)	(1.945)
Alíquota efetiva	94 %	(7)%

- (i) Crédito referente decisão da inconstitucionalidade da incidência de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre valores referente à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.
- (ii) A Administração, com base nos resultados da Companhia nos três últimos anos, não espera que seja realizado todo o prejuízo fiscal acumulado na compensação de imposto de renda no curto e médio prazos, sendo assim, em 31 de dezembro de 2024 não foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos para os quais não existe perspectiva de realização.

13 Partes relacionadas

A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. é controladora direta da Companhia com 62,05% de participação no Capital Social (vide Nota explicativa 22a), sendo a controladora final da Companhia a *The Mosaic Company*.

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Transações/Resultado valor da transação		Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.						
Clientes	—	—	987	10.782	—	—
Mútuo (iv)	—	—	—	—	28.812	—
Fornecedores	—	—	—	—	359	140
Adiantamento de clientes (ii)	—	—	—	—	4	—
Receitas brutas de serviços (i)	131.487	127.862	—	—	—	—
Despesas gerais e administrativas (iii)	(1.226)	(1.226)	—	—	—	—
Despesas financeiras	(2.042)	—	—	—	—	—
Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.						
Clientes	—	—	1.671	2.517	—	—
Mútuo (iv)	—	—	—	—	17.622	—
Adiantamento de clientes (ii)	—	—	—	—	4.520	239
Receitas brutas de serviços (i)	74.664	61.667	—	—	—	—
Despesas financeiras	(1.250)	—	—	—	—	—
Mosaic Fertilizantes Limited.						
Despesas financeiras	—	(6)	—	—	—	—
Mosaic Fertilizantes P&K.						
Fornecedores	—	—	—	—	—	11
Receitas brutas de serviços (i)	—	250	—	—	—	—
Totais consolidados						
Clientes	—	—	2.658	13.299	—	—
Mútuo (iv)	—	—	—	—	46.434	—
Fornecedores	—	—	—	—	359	151
Adiantamento de clientes (ii)	—	—	—	—	4.524	239
Receitas brutas de serviços (i)	206.151	189.779	—	—	—	—
Despesas gerais e administrativas (iii)	(1.226)	(1.226)	—	—	—	—
Despesas financeiras	(3.292)	(6)	—	—	—	—

(i) As receitas de serviços com partes relacionadas referem-se a serviços de industrialização (Mosaic Fertilizantes do Brasil e Fertipar) e serviços de desestiva para todas as empresas. As receitas brutas de serviços da Companhia com seus acionistas Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda. representam 70% do total do exercício de 2024 (71% em 2023). Adicionalmente, o percentual de receitas oriundas de partes relacionadas em 2024 representam 70% das receitas totais da Companhia (71% em 2023).

(ii) A Companhia não efetuou a compensação dos saldos com o saldo de contas a receber, por tratar-se de notas fiscais distintas.

(iii) A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. efetua a prestação de alguns serviços administrativos e que posteriormente são rateados para a Fospar.

(iv) A Companhia captou recursos através de mútuo para pagamento das debêntures (vide nota explicativa nº 17).

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia obtém serviços de pessoal chave da administração que estão registrados na sua controladora Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e na parte relacionada Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. A Companhia recebe os custos do pessoal chave através de rateios, vide nota explicativa 13 (iii).

14 Imobilizado

a. Composição do ativo imobilizado

	2024			2023
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	6.391	—	6.391	6.391
Edificações e benfeitorias	323.965	(106.896)	217.069	228.922
Equipamentos e instalações	283.158	(147.672)	135.486	151.090
Computadores e periféricos	12.799	(7.200)	5.599	5.972
Móveis e utensílios	1.357	(620)	737	752
Obras e instalações em andamento	13.494	—	13.494	2.232
Total	641.164	(262.388)	378.776	395.359

	2023			2022
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	6.391	—	6.391	6.391
Edificações e benfeitorias	321.708	(92.786)	228.922	218.599
Equipamentos e instalações	284.015	(132.925)	151.090	130.483
Computadores e periféricos	12.165	(6.193)	5.972	3.706
Veículos	24	(24)	—	—
Móveis e utensílios	1.281	(529)	752	439
Obras e instalações em andamento	2.232	—	2.232	25.294
Total	627.816	(232.457)	395.359	384.912

b. Movimentação do custo do ativo imobilizado

Custo	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Terrenos	6.391	—	—	—	6.391
Edificações e benfeitorias	321.708	—	(411)	2.668	323.965
Equipamentos e instalações	284.015	—	(1.600)	743	283.158
Computadores e periféricos	12.165	879	(245)	—	12.799
Veículos	24	—	(24)	—	—
Móveis e utensílios	1.281	86	(10)	—	1.357
Obras e instalações em andamento	2.232	14.705	(32)	(3.411)	13.494
	627.816	15.670	(2.322)	—	641.164

Custo	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	6.391	—	—	—	6.391
Edificações e benfeitorias	298.254	—	—	23.454	321.708
Equipamentos e instalações	249.854	—	(841)	35.002	284.015
Computadores e periféricos	8.946	—	—	3.219	12.165
Veículos	24	—	—	—	24
Móveis e utensílios	897	—	(2)	386	1.281
Obras e instalações em andamento	25.294	38.999	—	(62.061)	2.232
	589.660	38.999	(843)	—	627.816

O montante de R\$ 4.000 (R\$ 5.482 em 2023) faz parte das adições do ano de 2024, entretanto ainda encontram-se em aberto em “Fornecedores”. Este montante, para fins de fluxo de caixa, foi ajustado em “Aquisições de Imobilizado”.

c. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado

Depreciação	Saldo em 01/01/2024	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Edificações e benfeitorias	(92.786)	(14.123)	13	(106.896)
Equipamentos e instalações	(132.925)	(15.671)	924	(147.672)
Computadores e periféricos	(6.193)	(1.252)	245	(7.200)
Veículos	(24)	—	24	—
Móveis e utensílios	(529)	(101)	10	(620)
	(232.457)	(31.147)	1.216	(262.388)

Depreciação	Saldo em 01/01/2023	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Edificações e benfeitorias	(79.655)	(13.131)	—	(92.786)
Equipamentos e instalações	(119.371)	(13.981)	427	(132.925)
Computadores e periféricos	(5.240)	(953)	—	(6.193)
Veículos	(24)	—	—	(24)
Móveis e utensílios	(458)	(73)	2	(529)
	(204.748)	(28.138)	429	(232.457)

d. Vida útil estimada do ativo imobilizado:

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para o ano de 2024 e 2023, são as seguintes:

	2024	2023
Edificações e benfeitorias	10 a 33 anos	10 a 33 anos
Equipamentos e instalações	17 anos	17 anos
Computadores e periféricos	11 anos	11 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	9 anos	9 anos

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

15 Fornecedores

	Nota	2024	2023
Mercado interno		23.954	25.705
Partes relacionadas	13	359	151
		24.313	25.856

A Companhia possui contratos firmados com agentes financeiros para estruturar com seus principais fornecedores a operação denominada FinanFor, no montante de R\$ 4.285 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.027 em 31 de dezembro de 2023). Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os agentes financeiros, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. Essa operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de mercadorias, através de agentes financeiros, a Companhia demonstra esta operação na rubrica de Fornecedores.

Os pagamentos ao banco são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece. Ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviços. Os principais bancos, *aging* e montantes referentes a operação:

Informações adicionais sobre as contas a pagar comerciais da Companhia são fornecidas na tabela abaixo:

	2024	2023
Valor contábil dos passivos financeiros		
Apresentado em fornecedores	4.285	3.027
- dos quais fornecedores receberam pagamento do banco	4.285	3.027
Intervalo de datas de vencimento de pagamento		
Contas a pagar comerciais sujeitas a acordo de financiamento com fornecedor (dias após a data da fatura)	30-90	30-60
Contas a pagar comerciais comparáveis (dias após a data da fatura)	30-90	30-60

16 Adiantamentos de clientes

	Nota	2024	2023
Adiantamento de clientes terceiros		6.679	2.248
Adiantamento de partes relacionadas	13	4.524	239
		11.203	2.487

17 Debêntures e mútuos

Modalidade de aquisição de ativo fixo/investimentos	Vencimento	Encargos financeiros	2024		2023	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	2026	IPCA + 6,53% a.a.	74.116	76.329	62.746	141.801
Outras obrigações:						
Mútuo - Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	2034	Selic	—	28.812	—	—
Mútuo - Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.	2034	Selic	—	17.622	—	—
			74.116	122.763	62.746	141.801

Os mútuos e debêntures classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	R\$
2026	76.329
2034	46.434
Total	122.763

Movimentação da dívida	Debêntures	Mútuo	Total da Dívida
Dívida em 1º de janeiro de 2024	204.547	—	204.547
Captação de mútuo	—	69.113	69.113
Pagamento de principal	(45.369)	(25.000)	(70.369)
Apropriação de juros	20.101	3.292	23.393
Pagamento de juros	(29.398)	(971)	(30.369)
Apropriação do custo da transação	564	—	564
Dívida em 31 de dezembro de 2024	150.445	46.434	196.879
Movimentação da dívida	Debêntures	Mútuo	Total da Dívida
Dívida em 1º de janeiro de 2023	194.963	—	194.963
Apropriação de juros	21.898	—	21.898
Pagamento de juros	(12.942)	—	(12.942)
Custo de transação	628	—	628
Dívida em 31 de dezembro de 2023	204.547	—	204.547

a. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as debêntures apresentam a seguinte posição:

Espécie	<u>Títulos em</u> <u>circulação (mil)</u>	<u>Encargos</u> <u>financeiros anuais</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Debêntures ao valor nominal R\$ 1,00	151.232	IPCA + 6,53% a.a.	150.889	205.556
Custo da transação			(444)	(1.009)
			<u>150.445</u>	<u>204.547</u>

Em 15 de maio de 2018 a Companhia constituiu sua primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 151.232, conforme “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Fospar S.A.*”.

O agente fiduciário nomeado nesta escritura de emissão foi Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Como fiadoras e principais pagadoras em conjunto com a Companhia na proporção da composição acionária e sem qualquer solidariedade entre si foram nomeadas Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.

Foram emitidas 151.231.539 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), e terão prazo de oito anos a contar da data da emissão (15 de maio de 2018), vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2026.

O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, sendo: a primeira parcela, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2024; a segunda parcela, no valor correspondente a trinta e cinco por cento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2025; e a terceira parcela, no valor correspondente a trinta e cinco por cento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2026.

Cláusula de covenants

Anualmente a Companhia deverá apurar o índice financeiro definido no contrato de debêntures (Dívida Financeira / (Dívida Financeira + Patrimônio Líquido), que deve ser igual ou inferior a 65% (sessenta e cinco por cento), pois sua não observância constitui evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das debêntures.

Com base nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 a Companhia está atendendo aos índices determinados no contrato.

b. Mútuo

O contrato de mútuo vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir da data de assinatura, em 10 de maio de 2024, podendo ser rescindido a qualquer tempo. O valor do principal e juros serão liquidados quando do vencimento do contrato.

18 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2024	2023
Provisões trabalhistas	9.455	10.504
Provisões cíveis	603	2.895
Provisões tributárias	—	868
Total	10.058	14.267

a. Movimentação das contingências

b.

	2023			2024		
	Provisão	Adição	Pagamentos	Reversão de provisão	Transferência	Provisão
Não circulante						
Trabalhistas	10.504	3.204	(1.005)	(3.248)	—	9.455
Cíveis	2.895	429	(2.702)	(19)	—	603
Tributárias	868	—	—	(868)	—	—
Total não circulante	14.267	3.633	(3.707)	(4.135)	—	10.058

	2022			2023		
	Provisão	Adição	Pagamentos	Reversão de provisão	Transferência (i)	Provisão
Circulante						
Trabalhistas	1.105	—	—	—	(1.105)	—
Cíveis	19	—	—	—	(19)	—
Total circulante	1.124	—	—	—	(1.124)	—

Não circulante						
Trabalhistas	7.634	2.234	(15)	(454)	1.105	10.504
Cíveis	10	2.866	—	—	19	2.895
Tributárias	876	—	—	(8)	—	868
Total não circulante	8.520	5.100	(15)	(462)	1.124	14.267

(i) A Administração reavaliou as provisões de contingências registradas no curto prazo e identificou que não existem expectativas para a realização das mesmas nos próximos 12 (doze) meses. Sendo assim, realizou-se a reclassificação dos valores para o longo prazo.

• **Provisões para contingências trabalhistas**

Existem outros processos trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 9.840 em 2024 (R\$ 8.451 em 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. A Companhia também possui o montante aproximado de R\$ 52.506 em 2024 (R\$ 45.834 em 2023) referente a processos cíveis classificados com risco possível.

- **Provisões para contingências cíveis**

Os dois principais processos avaliados como risco possível na esfera cível referem-se à ações de um único fornecedor, pleiteando obrigação de não fazer, visando reestabelecimento de contrato rescindido unilateralmente pela Companhia, ou, subsidiariamente, indenizações pela rescisão, no montante de R\$ 51.363 atualizado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 44.007 em 2023). Esses processos encontram-se em fase inicial.

- **Provisões para contingências tributárias**

A Companhia possui o montante aproximado de R\$ 18.644 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 17.803 em 2023) referente a processos tributários classificados com risco possível.

O principal processo tributário avaliado como sendo de risco perda possível refere-se a glosa de créditos de PIS/COFINS, créditos apropriados em razão da aquisição de bens e serviços essenciais à atividade da Companhia, no montante de R\$ 14.342 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 13.506 em 2023).

a.1 Depósitos Judiciais

Adicionalmente às provisões, existem depósitos judiciais que em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 totalizam R\$ 2.592 e R\$ 2.256, respectivamente. Os depósitos judiciais são, a princípio, garantias às provisões de contingências exigidas judicialmente e ficam registrados no ativo não circulante da Fospar até que aconteça a decisão judicial de resgate desses depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

19 Provisão de dano ambiental

A Companhia possui medidas de revestimento na área do Terminal, com o objetivo de eliminar fontes ativas de contaminação do solo e de águas subterrâneas. A Administração considera que o valor é suficiente para cobrir tais custos.

	2024	2023
Ambientais	16.763	—
Total	16.763	—

a. Movimentação da provisão de danos ambientais

	2023		2024			
	Provisão	Adição	Pagamentos	Reversão de provisão	Transferência	Provisão
Circulante						
Ambientais	—	2.53		—	—	2.533
Total circulante	—	2.53		—	—	2.533
Não circulante						
Ambientais	—	14.23		—	—	14.230
Total não circulante	—	14.23		—	—	14.230

20 Ativos de direito de uso

A Companhia efetua o arrendamento de alguns bens, principalmente o contrato de arrendamento portuário, que possuem prazos remanescentes de 1 ano a 23 anos, alguns dos quais incluem opções para estender o arrendamento.

Movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento

	Saldo em 01/01/2024	Remensuração	Adições	Baixas líquidas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Contrato de Concessão	8.461	—	—	—	(349)	8.112
Embarcações	1.885	—	119	—	(985)	1.019
Equipamentos e instalações	1.220	18	1.571	—	(1.706)	1.103
Computadores e periféricos	733	(46)	3	—	(430)	260
Veículos	2	(2)	—	—	—	—
Edificações e benfeitorias	(1)	1	—	—	—	—
Total - Ativos de direito de uso	12.300	(29)	1.693	—	(3.470)	10.494

	Saldo em 01/01/2023	Remensuração	Adições	Baixas líquidas	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Contrato de Concessão	12.536	(5.138)	1.398	—	(335)	8.461
Embarcações	2.392	(980)	1.331	—	(858)	1.885
Equipamentos e instalações	5.223	(1.924)	549	—	(2.628)	1.220
Computadores e periféricos	885	(202)	509	—	(459)	733
Veículos	25	(172)	150	—	(1)	2
Edificações e benfeitorias	16	(223)	231	—	(25)	(1)
Total - Ativos de direito de uso	21.077	(8.639)	4.168	—	(4.306)	12.300

Os montantes do “Direito de Uso”, bem como do “Arrendamento a pagar”, foram apurados líquidos de PIS e COFINS. Ou seja, a Companhia somente reconhecerá os créditos de PIS e COFINS quando do registro fiscal de tais operações.

b. Passivos de arrendamento

	2024	2023
Passivos de arrendamento		
Saldo no início do exercício	13.964	22.582
Adições	1.693	4.168
Pagamentos	(3.396)	(4.147)
Remensuração	(29)	(8.639)
Juros pagos	(1.421)	(1.538)
Juros apropriados	1.421	1.538
Saldo no final do exercício	12.232	13.964

c. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Arrendamento a pagar		
2025		1.621
2026		391
2027		122
2028		137
2029		153
2030 em diante		9.808
Total de passivos de arrendamento		12.232
Circulante		1.621
Não circulante		10.611
		12.232

Em 16 de novembro de 2016, o contrato de arrendamento portuário da Companhia, com fim de concessão originalmente previsto para 31 de março de 2023, foi renovado antecipadamente por mais 25 anos, permitindo, assim, a atuação no terminal até 2048. Os pagamentos pela concessão do porto ocorrem em parcelas fixas mensais, até o fim da concessão.

d. Transações não caixa

	2024	2023
Itens sem efeito caixa		
Adições de direito de uso e passivo de arrendamento	1.693	4.168
Remensuração de direito de uso e passivo de arrendamento	(29)	(8.639)

21 Planos de pensão e benefícios pós-emprego a empregados

A Companhia e sua controladora Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda., em conjunto com outras companhias, é patrocinadora dos planos de aposentadoria Prev Mosaic 1 e 2. Os planos são na modalidade de benefício definido e de contribuição variável, que tem por finalidade principal a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda suplementares ou assemelhados da Previdência Social para funcionários, diretores e seus beneficiários das companhias patrocinadoras.

A partir de 03 de outubro de 2022, estes planos passaram a ser administrados pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA, uma entidade fechada de previdência complementar privada.

A Companhia, na qualidade de patrocinadora deste plano, possui 77 membros ativos e contribuiu durante o ano com o montante de R\$ 560 (em 31 de dezembro de 2023 possuía 84 membros ativos e contribuiu durante o ano com o montante de R\$ 544), calculado com base em percentual incidente sobre a folha de pagamento suficiente para em conjunto com a contribuição dos participantes, assegurar a cobertura do custeio atuarialmente calculado. As reservas técnicas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados por atuário independente contratado pela Companhia conforme parecer atuarial.

Conforme CPC 33, quando o resultado de cálculo atuarial for um ativo, este somente será reconhecido quando reduzir as contribuições da patrocinadora ou ser reembolsável no futuro.

A posição do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi apurada com base em laudos preparados por atuários independentes.

	Plano de aposentadoria	
	2024	2023
Valor presente de obrigações com fundo constituído	(2.164)	(2.819)
Valor justo dos ativos do plano	7.993	8.082
Ativo (passivo) reconhecido	—	—
Despesa reconhecida no resultado	560	544

Premissas atuariais

Principais premissas atuariais na data do balanço (expressas como média ponderada):

	Plano de aposentadoria	
	2024	2023
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada 10% (M&F)	AT-2000 suavizada 10% (M&F)
Taxa de desconto nominal em 31 de dezembro	12,12 %	10,15 %
Futuros aumentos salariais	5,00 %	5,25 %

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado pelas sócias Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda., é representado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 por 209.468.506 ações, sendo ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, independentemente de reforma estatutária.

Atualmente as ações ordinárias estão assim distribuídas:

- (i) A sócia Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. possui 129.978.295 (cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta e oito mil e duzentas e noventa e cinco) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada, correspondente a 62,06% do capital social total da Companhia.
- (ii) A sócia Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda. possui 79.490.173 (setenta e nove milhões, quatrocentas e noventa mil, cento e setenta e três) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada, correspondente a 37,94% do capital social total da Companhia.
- (iii) O sócio Alceu Elias Feldmann possui 38 (trinta e oito) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada.

b. Reserva de reavaliação

Nos anos de 2024 e 2023, o total da reserva de R\$ 5.852, corresponde à reavaliação de terrenos, que somente será realizada na eventual venda desses ativos.

c. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% ao capital social.

(ii) Reserva de expansão

Tendo em vista as projeções realizadas para os negócios a Companhia está investindo em obras.

No ano de 2023, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 29.748 que foi, obrigatoriamente, absorvido pelo saldo da reserva de expansão.

23 Segmentos operacionais

a. Base para segmentação

A Companhia possui 2 divisões estratégicas que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são gerenciadas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing.

A avaliação de performance da administração obedece a segmentação dos negócios.

Além disso, por conta do contrato de arrendamento do porto de Paranaguá a Companhia é obrigada a manter separação contábil ao final do exercício financeiro que permita a individualização das receitas e despesas associadas a movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos:

Segmentos reportáveis	Operações
Serviços Industrialização	Fabricação, comércio, importação e exportação de fertilizantes e suas matérias-primas, suplementos minerais para alimentação animal, corretivos de solo e produtos correlatos.
Serviços Desestiva	Manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privativo, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de portos ou instalação portuárias nos termos da Lei nº 12.815/2013.

b. Informações sobre segmentos reportáveis

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis materiais.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias.

Os tomadores de decisão da Companhia não

	31/12/2024		
	Serviços Industrialização	Serviços Desestiva	Total
Receita operacional líquida	88.894	136.456	225.350
Custos dos segmentos	(85.150)	(66.363)	(151.513)
Lucro bruto	3.744	70.093	73.837
Despesas administrativas e gerais	(1.753)	(1.325)	(3.078)
Outras receitas operacionais (i)	476	730	1.206
Outras despesas operacionais (i)	(6.772)	(10.397)	(17.169)
Resultado operacional do segmento	(4.305)	59.101	54.796
Depreciação e amortização	(12.929)	(18.218)	(31.147)
Receitas financeiras	—	—	4.380
Despesas financeiras	—	—	(26.058)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	—	—	1.971
Imposto de renda - corrente	—	—	(1.856)
Resultado do exercício	—	—	115

O somatório das rubricas “Depreciação e amortização” e “Custos dos segmentos” equivale ao total da linha “Custos dos serviços prestados, da DRE.

31/12/2023

	Serviços Industrialização	Serviços Desestiva	Total
Receita operacional líquida	73.517	123.168	196.685
Custos dos segmentos	(85.451)	(79.379)	(164.830)
Lucro bruto	(11.934)	43.789	31.855
Despesas administrativas e gerais	(1.674)	(1.076)	(2.750)
Outras receitas operacionais (i)	699	698	1.397
Outras despesas operacionais (i)	(5.254)	(4.808)	(10.062)
Resultado operacional do segmento	(18.163)	38.603	20.440
Depreciação e amortização	(10.380)	(17.758)	(28.138)
Receitas financeiras	—	—	3.976
Despesas financeiras	—	—	(24.081)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social			(27.803)
Imposto de renda - corrente	—	—	—
Imposto de renda - diferido	—	—	(1.945)
Resultado do exercício	—	—	(29.748)

(i) Devido a dificuldade de apropriação direta entre “serviços de industrialização” e “serviços de desestiva” os valores foram apropriados proporcionalmente a receita líquida.

O somatório dos ativos totais dos segmentos de Serviços de industrialização e Serviços de desestiva, é de R\$ 493.021 (R\$ 477.482 em 31 de dezembro de 2023), e dos passivos totais é de R\$ 287.935 (R\$ 272.511 em 31 de dezembro de 2023).

24 Receita operacional

	2024	2023
Prestação de serviços de desestiva	191.711	185.511
Prestação de serviços de industrialização	100.705	81.316
Impostos sobre vendas	(37.000)	(34.234)
Taxas portuárias (i)	(30.066)	(35.908)
	225.350	196.685

(i) Refere-se basicamente a taxas Inframare e Infraportos devidas a Associação dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e taxa de utilização do Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO.

25 Custo e despesa por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2024	2023
Despesas com manutenções e suprimentos	(53.427)	(58.568)
Despesas com pessoal	(41.886)	(39.903)
Depreciação	(31.147)	(28.138)
Despesas com prestação de serviços	(31.212)	(39.094)
Energia elétrica e água	(16.466)	(16.317)
Aluguéis	(4.846)	(3.539)
Depreciação de ativo de direito de uso	(3.470)	(4.306)
Outras despesas	(3.284)	(5.853)
	(185.738)	(195.718)
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(182.660)	(192.968)
Administrativas e gerais	(3.078)	(2.750)
	(185.738)	(195.718)

26 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2024	2023
Outras receitas operacionais:		
Créditos extemporâneos de tributos (i)	348	1.397
Outras	858	—
	1.206	1.397
Outras despesas operacionais:		
Contingências	(16.262)	(4.638)
Baixas de ativos	(15)	(414)
Provisão de deságio na realização de créditos de ICMS (ii)	(684)	(4.303)
Outras	(208)	(707)
	(17.169)	(10.062)
Outras (despesas) receitas operacionais	(15.963)	(8.665)

(i) Durante o ano de 2024, a Companhia reconheceu créditos extemporâneos relativos a períodos anteriores relacionados a Pis e Cofins, no montante de R\$ 348 (R\$ 1.397 em 2023).

(ii) Provisão constituída visando ajustar o valor de impostos a recuperar - ICMS ao seu valor de realização. A Companhia está estruturando operações para propiciar a realização do crédito tributário de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bem como mantém um comitê interno, cuja atribuição é reunir-se periodicamente com o objetivo de prover sugestões de operações para redução desses créditos. Após notificação de glosa do Fisco Estadual no ano de 2023, para créditos cujo fato gerador é anterior aos últimos 5 (cinco) anos e não ser mais possível a sua habilitação para utilização no Siscred, A Companhia, fundamentada nas práticas atuais do mercado, atualizou a alíquota aplicada sobre os montantes superiores a 5 anos em 100%. Para os demais prazos, a Companhia continua aplicando a alíquota de 40% como estimativa de deságio. Essa metodologia de cálculo teve como resultado uma perda complementar de R\$4.303, reconhecida no resultado no exercício de 2023.

27 Despesas financeiras líquidas

	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	2.568	1.934
Variações cambiais e monetárias	15	16
Créditos de Pis/Cofins sobre debêntures (ii)	1.797	2.026
	<u>4.380</u>	<u>3.976</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures e mútuos (i)	(23.957)	(22.526)
Despesas juros de arrendamento	(1.421)	(1.538)
Variações cambiais e monetárias	(15)	(11)
Outros	(665)	(6)
	<u>(26.058)</u>	<u>(24.081)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(21.678)</u>	<u>(20.105)</u>

- (i) O total de despesas com juros sobre “mútuos” e “Debêntures” no ano de 2024 foi de R\$ 23.393 (R\$ 21.898 em 31 de dezembro de 2023). Além disso, incorremos também na apropriação do “Custo de transação” das debêntures no montante de R\$ 564 (R\$ 628 em 2023), totalizando uma despesa financeira de R\$ 23.957 (R\$ 22.526 em 2023).
- (ii) Durante os anos de 2024 e 2023, a Companhia realizou a tomada de créditos tributários de Pis e Cofins sobre as despesas financeiras derivadas da emissão de debêntures.

28 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Os saldos de aplicações financeiras informados no Balanço Patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de caixa e equivalentes de caixas, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o prazo de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

As debêntures são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado, de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados como níveis 1 e 3.

31 de dezembro de 2024		Valor Contábil			Valor justo	
Em milhares de Reais	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	8	49.001	—	—	49.001	49.001
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Contas a receber de clientes	9	—	2.861	—	2.861	2.861
Caixa e equivalentes de caixa	8	—	726	—	726	726
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Debêntures	17	—	—	150.445	150.445	155.807
Mútuos	17	—	—	46.434	46.434	75.317
Fornecedores	15	—	—	24.313	24.313	24.313
31 de dezembro de 2023						
Em milhares de Reais		Valor Contábil			Valor justo	
Em milhares de Reais	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	8	2.488	—	—	2.488	2.488
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Contas a receber de clientes	9	—	13.764	—	13.764	13.764
Caixa e equivalentes de caixa	8	—	159	—	159	159
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Debêntures	17	—	—	204.547	204.547	204.547
Fornecedores	15	—	—	25.856	25.856	25.856

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado.
- Risco de liquidez

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Valor contábil	
		2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.727	2.647
Contas a receber de clientes	9	2.861	13.764
		52.588	16.411

Contas a receber

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, 70% (71% em 2023) da receita de serviços prestados da Companhia referem-se a transações com seus acionistas. Para as demais empresas, para mitigar possíveis riscos em suas vendas a prazo, são efetuadas análises quantitativas e qualitativas de avaliação de solvência, bem como, são respeitados procedimentos internos com níveis de aprovações, suportados por uma Política de Crédito Corporativa devidamente aprovada pela diretoria da Companhia. Do total de contas a receber de clientes, 93% refere-se a operações com os acionistas (97% em 2023).

As políticas de venda da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a sua capacidade de pagamento (análise de crédito).

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 49.727 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.647 em 2023), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. Todos os recursos da Companhia encontram-se aplicados junto a bancos e instituições financeiras de primeira linha, cujos limites de exposição são revistos periodicamente e o risco de crédito destas instituições financeiras variam, conforme os ratings publicados pela Standard & Poor's em nível global "short-term" na data-base destas demonstrações financeiras, entre A-1 e A-2.

b. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Para evitar a ocorrência dos riscos operacionais tais como: prejuízos diretos ou indiretos associados a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura, a administração busca a eficácia de custos e mantém procedimentos de controle.

c. *Risco de liquidez*

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos registrados, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Valor Contábil	Total	Fluxos de caixas contratuais			
			Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
31 de dezembro de 2024						
Debêntures	150.445	165.499	83.356	82.143	—	—
Mútuos	46.434	121.184	—	—	—	121.184
Fornecedores	24.313	24.313	24.313	—	—	—
31 de dezembro de 2023						
Debêntures	204.547	235.595	73.316	82.164	80.115	—
Fornecedores	25.856	25.856	25.856	—	—	—

Certas operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco de taxa de câmbio, decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de peças sobressalentes e serviços profissionais. Durante o exercício de 2024 a Companhia transacionou operações em dólares americanos, entretanto nos encerramentos dos exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía nenhuma exposição em moeda estrangeira em aberto. *Sensibilidade de Juros* Considerando a atual exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros, em especial ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fator ao qual está indexada as debêntures, e a SELIC, fator ao qual está indexado o mútuo. Em ambos os casos um eventual decréscimo da taxa em relação ao projetado para os próximos exercícios ocasionará à Companhia um efeito favorável.

A análise considera os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 indexados às taxas pós-fixadas e projeta as despesas financeiras calculadas sobre esse saldo, utilizando a curva futura de juros em 31 de dezembro de 2024 nos vencimentos dessas operações. Uma alteração de 100 pontos bases no IPCA e na SELIC, nas taxas esperadas para os próximos períodos, ocasionariam os seguintes impactos no resultado da Companhia:

	<u>100 pb aumento</u>	<u>100 pb redução</u>
31 de dezembro de 2024		
Debêntures	1.342	(1.340)
Mútuos	10.573	(9.809)
31 de dezembro de 2023		
Debêntures	3.158	(3.393)

* * *

Composição da Diretoria

Eduardo de Souza Monteiro

Diretor Superintendente

Jorge Sebastian Villegas

Diretor

Emerson Araken Martin Teixeira

Diretor

João Roberto Galhardo

Diretor

Rafael Carlo Finardi

Diretor

Ana Paula Castanho Bagaiolo Contador

Contadora

CRC 1SP254867/O-9